



**X REUNIÃO DE DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL OU EQUIPARADOS
DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

ACTA

(Luanda, 29 de maio de 2019)

Realizou-se na cidade de Luanda, República de Angola, no dia 29 de maio de 2019, a X Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN) ou Equiparados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Estiveram presentes na Reunião o Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPd) da República de Angola, Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga, o Chefe de Assuntos Estratégicos (CAE) do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, Almirante Cláudio Portugal de Viveiros, o Diretor Nacional da Defesa (DND) do Ministério da Defesa da República de Cabo Verde, Tenente-Coronel Paulo Lopes, o representante do Diretor-Geral de Cooperação Militar (DGCM) do Ministério da Defesa da Guiné Equatorial, General de Brigada Santiago Mba Sima, o representante do Diretor de Política de Defesa Nacional (DPDN) da República de Moçambique, Dr. Eugénio Come, Encarregado de Negócios da Embaixada da República de Moçambique na República de Angola, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPdN) do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa, Dr. Nuno Pinheiro Torres, o Diretor de Política de Defesa Nacional (DPDN) do Ministério da Defesa e Ordem Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Dr. Kenente do Nascimento e o Diretor Nacional de Cooperação Internacional (DNCI) do Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Dr. Martinho Maia Gonçalves.

Participaram, ainda, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP), Capitão-de-mar-e-guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo e o representante do Secretariado Executivo da CPLP, Dr. Miguel Levy. O secretariado da reunião ficou a cargo da Dra. Cláudia Bicho, representante do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) da CPLP.



Os trabalhos desenrolaram-se sob a presidência do Diretor Nacional de Política de Defesa da República de Angola, Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga que, depois de desejar as boas-vindas às delegações presentes, deu início aos trabalhos e a palavra à Presidência cessante, na pessoa do representante do Diretor-Geral de Cooperação Militar do Ministério da Defesa da Guiné Equatorial.

O General de Brigada Santiago Mba Sima agradeceu a Angola pelo acolhimento e a organização da reunião, manifestando a sua satisfação pelas ações desenvolvidas durante a Presidência da Guiné Equatorial que contribuíram para o reforço e consolidação da Componente de Defesa e da própria Comunidade. Ademais agradeceu o apoio dos demais Estados-Membros (EM) durante o mandato do seu país e desejou sucessos à Presidência Angolana.

Seguidamente, efetuada a transferência da Presidência, o novo Presidente do fórum, Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga, submeteu à apreciação a Agenda de Trabalhos, que mereceu aprovação, após a inclusão de sugestões do DND de Cabo Verde relativamente a documentos a serem apreciados no ponto 2. c). O DND de Cabo Verde constatou que a Acta da I Reunião de Diretores de Serviços de Informações Militares da CPLP não constava da lista em apreciação, sugerindo que as recomendações do documento fossem levadas ao conhecimento da Reunião de MDN/CPLP, embora a sua assinatura esteja prevista ocorrer somente na 2.ª edição.

Ponto 2.a. - Análise das questões internacionais e das implicações político-militares no contexto regional para os Estados-Membros da CPLP

O Presidente do fórum informou que na XIX Reunião de MDN da CPLP o Diretor do CAE da CPLP, CMG Evandro, apresentará um sucinto informe sobre esta temática, remetendo para a reunião de Ministros a análise político-estratégica a que este ponto da agenda se refere.

Ponto 2.b - Reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas, através da formação conjunta e da partilha de experiências



O Presidente do fórum passou a palavra, tendo o DND de Cabo Verde informado que esse ponto decorre do envio de uma carta pelo Ministro da Defesa Nacional de Portugal aos seus homólogos da CPLP, convidando-os à reflexão em apreço.

O DGPDN de Portugal, primeiramente, realçou o regresso ao princípio da ordem alfabética de organização das reuniões e saudou Angola pela hospitalidade e acolhimento, incluindo do XVII Seminário Internacional Político-Estratégico do CAE/CPLP, assim como agradeceu a Presidência cessante pelas reuniões realizadas em 2017, em Malabo. Em seguida, agradeceu a aceitação da proposta portuguesa de inclusão deste ponto na agenda por todos os EM, manifestando que o intuito será de trabalhar conjuntamente em matéria de participação em Operações de Paz da ONU, no sentido de reforçar esta capacidade, conferindo, neste contexto, maior visibilidade à CPLP. Informou que o Ministro da Defesa Nacional de Portugal irá proceder a ampliação do tema durante a XIX reunião.

Ponto 2.c - Documentos a aprovar, ratificar ou apreciar na XIX Reunião de MDN

- Deliberações das VII e VIII Reuniões do Conselho Consultivo do CAE
- Relatório de Atividades de 2017 e execução orçamental de 2017 do CAE
- Plano de reajustamento de atividades e orçamento para 2018 do CAE
- Relatório de Atividades de 2018 e execução orçamental de 2018 do CAE
- Plano de Atividades e orçamento para 2019 e 2020 do CAE
- Relatórios dos 5.º e 6.º Fórum de Saúde Militar
- Acta do XVIII Encontro da Saúde Militar
- Acta da V Conferência de Marinhas da CPLP

O DNPD de Angola convidou o SPAD a efetuar uma breve apresentação (Anexo A) dos documentos em apreço, a que se seguiu uma apresentação detalhada pelo Diretor do CAE/CPLP das atividades e dos documentos de gestão daquele Centro, evidenciando as actuais necessidades em matéria de Informatização, Recursos Humanos e Capacitação, Meios de Transporte e, em particular, a situação dos Fundos Especial e Material. Felicitou, ainda, o Núcleo Nacional de Angola pelo trabalho desenvolvido na organização do XVII Seminário Internacional Político-Estratégico do CAE/CPLP, ocorrido no dia anterior. Incidindo nos Núcleos Nacionais, exortou à principal atribuição, prevista na alínea 1 do artigo 10.º do Estatuto do CAE/CPLP, de remessa atempada de propostas de temas ou projetos a investigar, tendo em vista dispor-se de Núcleos Nacionais funcionais.



Destacou, por último, a recente criação do endereço eletrónico corporativo e da página institucional - www.caecplp.org - bem como a respetiva presença nas redes sociais.

Felicitando o trabalho desenvolvido pelo CAE/CPLP, o Presidente do fórum convidou os presentes a pronunciarem-se sobre este ponto.

O DND de Cabo Verde constatou que a transição da direção do CAE/CPLP não constou da Acta da VIII Reunião do Conselho Consultivo, devendo tal situação ser acautelada de futuro.

Sobre este ponto, os DPDN apreciaram favoravelmente os documentos apresentados e recomendam a sua aprovação em sede de Reunião de MDN.

Ponto 2.d. - Colégio de Defesa da CPLP

- Ratificação da proposta de Portugal em acolher a 2ª edição em 2019
- Aprovação da proposta dos Estados-Membros para acolher a 3ª edição em 2020

O Presidente do fórum passou a palavra a Portugal, tendo o DGPDN indicado que o objetivo passa pela ratificação da proposta portuguesa para acolhimento da 2.ª edição em 2019, uma vez que não houve oportunidade da sua aprovação em 2018, decorrente da não realização, naquele ano, da reunião de MDN/CPLP, esclarecendo igualmente que o assunto já havia sido apresentado na Reunião Extraordinária de DPDN/CPLP, em 2018, e na 21.ª Reunião de CEMGFA/CPLP, em 2019. Reiterou que esta edição será dedicada à Ciberdefesa, estando a ser ultimados os detalhes administrativos que serão comunicados aos EM, através do SPAD. Salientou que se afigurava relevante dispor de informação dos demais EM relativamente ao acolhimento da 3.ª edição.

Sobre este assunto, e tendo o Presidente do fórum passado a palavra aos demais DPDN, não havendo disponibilidade de acolhimento da 3.ª edição da CPLP, em 2020, o DGPDN sugeriu que se propusesse aos Ministros da Defesa que o assunto fosse reavaliado pelos EM e o respetivo oferecimento fosse comunicado até ao final de agosto de 2019, tendo esta sugestão merecido o consenso dos demais.

Ponto 2.e. - Reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP - apreciação e aprovação de documento de trabalho com ideias/propostas para dinamização

O DNPd de Angola iniciou este ponto referindo a pretensão do seu país de ter como lema da sua presidência a “Projeção Utilitária”, com o foco de conferir maior visibilidade à Componente de Defesa da CPLP.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten initials in blue ink.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten initials in blue ink.



O DGPDN de Portugal tomou em seguida da palavra para expressar que o assunto em apreço tem registado progressos, contudo, não tendo sido possível concluir o documento a tempo da sua apreciação e aprovação, sugeriu que se recomendasse à XIX Reunião MDN/CPLP que seja tomada boa nota do trabalho já desenvolvido e sejam mandatados os DPDN/CPLP para a elaboração de um documento a ser apreciado na próxima reunião de Ministros da Defesa, tendo merecido a concordância dos demais.

Ponto 2.f. - Mecanismo de resposta da CPLP a situações de catástrofes - apreciação e aprovação do documento de operacionalização

O DPDN de Angola indicou não ser possível a apresentação, nesta reunião, de um documento de operacionalização, uma vez que se aguardam, ainda, contributos da Guiné Equatorial e de Timor-Leste, bem como posterior integração na versão final do documento, por parte do Brasil, a validar subsequentemente pela Componente de Defesa da CPLP.

Passada a palavra, o CAE do Brasil saudou os presentes, agradecendo a hospitalidade e a Presidência de Angola, assim como a Presidência cessante da Guiné Equatorial, tendo referido que se trata de um mecanismo importante não sendo, no entanto, condicionante para o apoio necessário como sucedeu recentemente em Moçambique, a quem endereçou votos de solidariedade. Verificados alguns pontos que carecem de significativos ajustes no projeto de Protocolo de Ações de Resposta elaborado por aquele país, sem os quais haveria comprometimento ao apoio solicitado, expressou que o mesmo deveria ser ajustado, de forma a cumprir as melhores práticas internacionais e a adequar-se às necessidades de cada EM, a fim de possibilitar uma eficaz cooperação. Nesse sentido, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho (GT), a fim de possibilitar a elaboração de um instrumento eficaz e que atenda às peculiaridades de todos os EM.

Posteriormente o DGPDN de Portugal agradeceu o trabalho desenvolvido, em especial pelo Brasil destacando a relevância deste mecanismo, constituindo o ciclone Idai um exemplo do contributo dos Estados-Membros da CPLP e se for possível associar, além do apoio nacional, o vetor CPLP, poderá ajudar alguns dos EM a prestar o seu auxílio, pelo que considerou na sua perspetiva positiva a sugestão de criação de um GT para melhorar a proposta inicial.

O DNCI de Timor-Leste manifestou o apreço pelo trabalho do Brasil, assinalando que o seu país não dispõe de contributos para o efeito e anuindo à criação do GT de



especialistas.

O DND de Cabo Verde reconheceu o trabalho desenvolvido pelo Brasil, considerando que a proposta de criação de um GT vem ao encontro do contexto mais atual da organização dos EM em matéria de Proteção Civil, aludindo à V Reunião dos Ministros do Interior e da Administração Interna da CPLP, que se pronunciou sobre a criação de mecanismos de intervenção em situações de emergência humanitária por catástrofes naturais, realçando a necessidade de trabalho coordenado intersectorial.

O DPDN de São Tomé e Príncipe corroborou a proposta de criação de um GT e mencionou que no seu país existe ainda a necessidade de uma estrutura integrada para esta matéria.

O representante do DPDN de Moçambique subscreveu o apoio ao trabalho do Brasil quanto à proposta de mecanismo e agradeceu o apoio por parte dos EM da CPLP no socorro às vítimas dos ciclones Idai e Kenneth.

O representante do DGCM da Guiné Equatorial anuiu igualmente à proposta de criação de GT para este efeito.

O DNPD de Angola concordou com a ideia da abordagem multisectorial, tendo afirmado que, no caso de Angola, o Ministério da Defesa cooperará com as demais componentes, assumindo que a criação de um GT é bem-vinda e que o MD de Angola indicará o ponto focal caso a proposta mereça aprovação pelos Ministros da Defesa.

Por último, por sugestão do DGPDN de Portugal, os presentes recomendaram que na XIX Reunião MDN/CPLP seja tomada boa nota do trabalho já desenvolvido e seja criado o referido GT.

Ponto 2.g. - Exercício “Felino”

- 1) Aprovação da solução relativa ao Exercício FELINO, no ciclo 2018/2019
- 2) Apresentação relativa à preparação do FELINO 2018/2019 nas modalidades de Exercício na Carta (EC) e com forças no terreno (FT)
- 3) Confirmação da calendarização dos próximos Exercícios FELINO (já validada em reunião de CEMGFA)
 - 2020 - A realização na Guiné-Bissau no formato EC;
 - 2021 - A realização em Portugal em formato FT;
 - 2022 - A realização na Guiné Equatorial no formato EC;



- 2023 - A realização no Brasil no formato FT.

4) Proposta do Comité Internacional da Cruz Vermelha em matéria de Direito Internacional Humanitário no âmbito dos Exercícios FELINO da CPLP

O Presidente do fórum passou a palavra ao Coronel Timóteo Neves, Chefe Adjunto da Direção de Operações do Estado-Maior General das Forças Armadas de Angola, que procedeu a uma apresentação sobre o Exercício FELINO ciclo 2018/2019 (Anexo B), tendo avançado que este país acolherá de 9 a 27 de setembro de 2019, nos formatos em carta e com forças no terreno, em Cabo Ledo e indicou a calendarização das conferências de planeamento. No seguimento das recomendações dos Fórum de Saúde Militar e das Reuniões de CEMGFA da CPLP anunciou a inclusão de Oficial médico/a de cada EM neste exercício. Por último foi referido que Angola endereçará em breve convites aos Chefes dos Estados-Maiores-Generais das Forças Armadas da CPLP para o Dia dos Visitantes Ilustres.

O DGPDN de Portugal elogiou o esforço que Angola desenvolveu para acolher o ciclo 2018/2019, face à indisponibilidade de São Tomé e Príncipe em acolher o Exercício no formato em carta, em 2018, mantendo-se a periodicidade definida e assinalou a inclusão no cenário da dimensão de assistência humanitária.

Relativamente à calendarização dos próximos Exercícios FELINO, os DPDN/CPLP dos países visados no calendário confirmaram a disponibilidade de acolhimento dos ciclos previstos, aguardando-se o posicionamento da Guiné-Bissau. O DGPDN de Portugal reiterou a disponibilidade manifestada pelo CEMGFA de Portugal aquando da 21.^a Reunião de CEMGFA da CPLP, de assegurar a realização do exercício em carta e no terreno, em conjunto, em 2021, na eventualidade da Guiné-Bissau não acolher em 2020. O DPDN de Angola informou que o Ministro da Defesa Nacional de Angola, enquanto anfitrião do próximo exercício FELINO, recebeu uma carta contendo uma proposta do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para se constituir como Observador do Exercício FELINO 2018/2019. Nos termos da Declaração dos MDN da CPLP na sua XI Reunião de 28 de maio de 2009, em Luanda, os DPDN recomendaram a participação do CICV, na condição de observador, e a sua aprovação pela XIX Reunião de MDN/CPLP.



Ponto 2.h. - Plano de Ação para a Implementação da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança
Apreciação e aprovação da proposta de Plano de Ação

O DPDN de Angola assinalou que não se afigura possível a aprovação de proposta de Plano de Ação porquanto se aguardam contributos da Guiné Equatorial e de Timor-Leste à proposta apresentada por Portugal.

O DGPDN de Portugal recordou os antecedentes desta matéria, a aprovação dos Termos de Referência e a constituição de um GT e enfatizou o alinhamento com documentos estratégicos da CPLP tendo, nesse seguimento, relevado a proposta de Plano de Ação submetida por Portugal. Aludiu, ainda, à realização de um Seminário de Igualdade de Género, previsto para outubro de 2019, em Portugal, anunciado pelo CEMGFA de Portugal na última reunião de CEMGFA/CPLP, tendo neste ponto sido solicitado pelos EM a eventual possibilidade de envio de um elemento da área do Ministério da Defesa e de um elemento do setor militar.

O DND de Cabo Verde sugeriu que se aproveitasse a oportunidade da realização deste Seminário para o aprofundamento do diálogo que já vem sendo desenvolvido pelo GT.

Os DPDN destacaram, ainda, o reconhecimento pelo ONU da militar brasileira, Capitã de Corveta da Marinha, Márcia Andrade Braga, que venceu o Prémio de Defensora Militar da Igualdade de Género daquela Organização, pela sua ação na República Centro Africana.

Os DPDN recomendaram, por sugestão do DGPDN de Portugal, à XIX Reunião de MDN/CPLP que tomasse boa nota dos trabalhos desenvolvidos para a elaboração do Plano de Ação, a concluir e a aprovar em 2020.

Ponto 2.i. - Local da XX reunião de MDN

Tendo o Presidente do fórum solicitado proposta de acolhimento aos EM, o CAE do Brasil informou que o seu país tem disponibilidade para acolher a XX reunião de MDN, em 2020, o que mereceu a congratulação dos demais EM, sendo esta proposta submetida à XIX Reunião de MDN/CPLP.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin:
- A large signature at the top right.
- A circular stamp or signature below it.
- The letters 'a' and 'LS' written vertically.
- Another signature below 'LS'.
- A circular stamp at the bottom right.



Ponto 3. - Diversos

Por sugestão do DNPD de Angola, na sequência das alterações decorrentes da análise dos diversos pontos constantes da proposta inicial de agenda da XIX Reunião de MDN/CPLP, a mesma foi revista, conforme consta em Anexo C.

No seguimento da questão suscitada pelo DND de Cabo Verde relativamente à omissão da transição dos diretores do CAE/CPLP, na Acta da VII Reunião do Conselho Consultivo, o Diretor do CAE/CPLP apresentou justificações para tal, tendo exibido o devido comprovativo e solicitado o seu anexo à presente Acta (Anexo D - Auto de Posse).

O Presidente do fórum lançou o repto aos presentes para que um dos EM se disponibilize para acolher a próxima Reunião de DPDN, a ser realizado no 2.º semestre de 2019, tendo as delegações solicitado um prazo, até ao final de julho de 2019, para se pronunciarem sobre a sua disponibilidade, de forma a possibilitar a continuidade dos trabalhos decorrentes das decisões a serem tomadas durante a XIX Reunião de MDN/CPLP.

O DGPDN de Portugal exortou os demais EM ao preenchimento da Matriz de identificação, seguimento e avaliação da operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP, tendo o representante do Secretariado Executivo da CPLP referido que esta Matriz permitirá apresentar um panorama tão detalhado como possível das ações da Componente de Defesa, a ser incluído no reporte ao Conselho de Ministros da CPLP, em 2021, e à Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em 2026.

O DND de Cabo Verde sugeriu ao fórum um reconhecimento pelo trabalho desenvolvidos pelo Major-General Cristóvão Chume e pelo Coronel Alfredo Marçal Lima, que enquanto DPDN de Moçambique e São Tomé e Príncipe, respetivamente, contribuíram de forma determinante para o desenvolvimento e consolidação da Componente de Defesa da CPLP.

O CAE do Brasil expressou o interesse do CAE/CPLP em acolher o 3.º Colégio de Defesa, que deverá articular a ideia com as autoridades de Moçambique que, em caso de concordância, deverão formalizar o acolhimento. O Diretor do CAE/CPLP anuiu a esta sugestão.

Concluída a discussão de todos os pontos da agenda, o Presidente do fórum, Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga agradeceu a presença e participação dos delegados e apelou ao reforço das relações interpessoais e à comunicação entre as instituições, por forma a facilitar e contribuir para o sucesso dos trabalhos.



Em seguida, deu por finda a X Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente acta.

Feito em Luanda, aos 29 de maio de 2019.

O Diretor Nacional de Política de Defesa da República de Angola

BARBOSA A. EPALANGA

Tenente-General Barbosa Antunes Epalanga

O Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do
Brasil

Cláudio Portugal de Viveiros

Almirante Cláudio Portugal de Viveiros

O Diretor Nacional da Defesa do Ministério da Defesa da República de
Cabo Verde

Paulo Lopes

Tenente-Coronel Paulo Lopes

O representante do Diretor-Geral de Cooperação Militar do Ministério da Defesa da
República da Guiné Equatorial

P.O. Santiago MBA SIMA

General de Brigada Santiago Mba Sima



O representante do Diretor de Política de Defesa Nacional da República de Moçambique



Dr. Eugénio Come

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da
República Portuguesa



Dr. Nuno Pinheiro Torres

O Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e Ordem Interna da
República de São Tomé e Príncipe



Dr. Kenente do Nascimento

O Diretor Nacional de Cooperação Internacional do Ministério da Defesa da República
Democrática de Timor-Leste



Dr. Martinho Maia Gonçalves



ANEXOS

Handwritten signature in blue ink.

- A. Apresentação do CAE da CPLP**
- B. Apresentação de Angola do Exercício FELINO 2018/2019**
- C. Proposta de agenda da XIX Reunião de MDN/CPLP**
- D. Auto de Posse do CMG Evandro, Diretor do CAE/CPLP**